

História Ambiental no Alto Solimões, Amazonas: construções e (re)construções em comunidades indígenas e ribeirinhas a partir da dinâmica da vida e do trabalho

Environmental History in Alto Solimões, Amazonas: constructions and (re)constructions in indigenous and riverside communities from the dynamics of life and work

Marcileia Lopes¹

Hiroshi Noda²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v21i46.765>

Resumo: O presente artigo é parte do trabalho de tese de doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e descreve o processo de construção e reconstrução histórica, ambiental, econômica, cultural e social de comunidades indígenas e ribeirinhas Amazônicas. Apresenta ainda, o saber destas comunidades como sustentáculo do manejo dos bens comuns e do sistema ambiental, apreendido em um passado vivenciado através das gerações, assim como na dinâmica da vida e do trabalho. A base metodológica utilizada foi a complexidade sistêmica e o estudo de múltiplos casos, complementada por diversas técnicas de análise e instrumentos de coleta de dados, dentre elas: observação direta do cotidiano, reuniões, oficinas, entrevistas, registro fotográfico e gravação de áudios, trilhas culturais, mapas mentais, grupos focais e diários de campo. Os casos escolhidos foram as comunidades indígena de Nova Aliança e ribeirinha de São José, localizadas no município de Benjamin Constant, região do Alto Rio Solimões, Amazonas, Brasil. Os levantamentos e as análises dos dados coletados em campo evidenciaram que nas duas comunidades, relações de parentesco, reciprocidade, topofilia, uso do solo, a cultura, os bens comuns e o sistema ambiental como um todo, são os princípios que norteiam o modo de vida e o cotidiano de trabalho dos indígenas de Nova Aliança e dos ribeirinhos de São José, desde sua origem. E é por meio deles que os moradores destas comunidades vêm construindo, transformando e expressando as suas relações sociais e suas ações, frente às emergências que surgem.

Palavras-chave: Amazônia; conservação; sustentabilidade; populações tradicionais.

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

² Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil.

Abstract: This article is part of the doctoral thesis work in Environmental Sciences and Sustainability in the Amazon and describes the process of historical, environmental, economic, cultural and social construction and reconstruction of Indigenous and Riverside Amazonian communities. It also presents the knowledge of these communities as a support for the management of common goods and the environmental system, seized in a past experienced through the generations, as well as in the dynamics of life and work. The methodological basis used was systemic complexity and the study of multiple cases, complemented by several analysis techniques and data collection instruments, among them: direct observation of daily life, meetings, workshops, interviews, photographic recording and recording of audios, cultural trails, mental maps, focus groups and field diaries. The cases chosen were the indigenous communities of Nova Aliança and São José River, located in the municipality of Benjamin Constant, Upper Solimões River region, Amazonas, Brazil. The surveys and analyses of the data collected in the field showed that in the two communities, relationships of kinship, reciprocity, topophilia, land use, culture, common goods and the environmental system as a whole, are the principles that guide the way of life and daily work of the indigenous peoples of Nova Aliança and the riverside of São José. It is through them that the residents of these communities build, transform, express their social relationships and their actions in the face of the emergencies that arise.

Keywords: Amazon; conservation; sustainability; traditional populations.

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação das comunidades São José (ribeirinha) e Nova Aliança (indígena) é ao mesmo tempo semelhante ao de outras comunidades amazônicas, assim como, possui peculiaridades distintas no que diz respeito ao ambiente em que estão inseridos e seus processos culturais. Em um contexto geral seria quase impossível contar ou descrever a história destas comunidades sem mencionarmos a sua correlação com o sistema ambiental, visto que, as construções e reconstruções ocorridas ao longo do tempo, são resultantes da interface entre os sujeitos e os seus respectivos ambientes físicos (MAUCH; ROBIN, 2014), pois como já dizia Braudel (1995), a história é o homem e tudo mais.

De acordo com Maturana e Varela (2011), constrói-se o mundo em que se vive ao longo da vida, que por sua vez, também nos constrói no decorrer do tempo. Por mais que ocorram transformações, os sujeitos seguem sobrevivendo e conduzindo suas vidas com o conhecimento resultante das estratégias desenvolvidas frente às emergências que vão surgindo no seu dia a dia, que possam interferir

em suas tarefas cotidianas. Logo, esse conhecimento, tem relação direta com os saberes tradicionais dessas sociedades humanas, sendo reproduções do meio no qual foram produzidos trazendo importantes contribuições para a compreensão dos processos de conservação ambiental.

Os saberes são oriundos da vivência do cotidiano de vida das populações em sociedade. Na maioria das vezes, esses saberes são os resultados das interações com o sistema ambiental, o que permite a conservação entre ambos (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Desta forma, nas sociedades humanas amazônicas do Alto Solimões, os saberes são traduzidos em estratégias. Essas estratégias não são produzidas apenas a partir do ambiente ou das limitações geográficas, mas também, das formas de configuração das relações sociais, de suas racionalidades intencionais e de seus objetivos de produção material e social, pois é na vivência da sazonalidade que os moradores destas comunidades, mostram suas habilidades de adaptação, organizando-se e reorganizando-se durante todo o ano devido aos processos de enchente, cheia, vazante e seca dos rios (DIEGUES, 2002).

Em suma, o princípio da construção ambiental histórica nestas comunidades conserva-se no saber dos agricultores familiares indígenas e não indígenas, estando associado à importância do ambiente e do lugar na vida dos moradores, refletindo de forma significativa nos processos de conservação e sustentabilidade gerados.

2 IDENTIDADE CULTURAL FRONTEIRIÇA

Em lugares como o Alto Solimões, os saberes são traduzidos em estratégias. Essas estratégias não são produzidas apenas a partir do ambiente ou das limitações geográficas, mas também, das formas de configuração das relações sociais, de suas racionalidades intencionais e de seus objetivos de produção material e social, pois é na vivência da sazonalidade que as sociedades humanas que ali habitam, mostram suas habilidades de adaptação, organizando-se e reorganizando-se durante todo o ano devido aos processos de enchente, cheia, vazante e seca dos rios. São sujeitos desenvolvendo estratégias oriundas de um saber transmitido geracionalmente, evidenciando inúmeras expressões de sua cultura, reinventando sua própria existência (MORIN, 2005; DIEGUES, 2002).

Desta forma, podemos considerar que a partir dos saberes e das estratégias, as sociedades humanas do Alto Rio Solimões convergem para uma vida em

“equilíbrio”³, resultando naturalmente na conservação daquele sistema ambiental. Sistema este, complexo, compreendendo os ciclos biogeoquímicos da floresta, os fluxos de energia, os processos de sucessão, a sazonalidade e a produção de alimentos dentro de uma miscelânea de formas de manejo do ambiente.

Esses saberes e estratégias mencionados acima e de acordo com Noda *et al.* (2012) estão diretamente ligados aos processos culturais de adaptabilidade e ancestralidade para a permanência dos “recursos” em disponibilidade às atuais e futuras gerações. Portanto, as sociedades humanas amazônicas, não se restringem ao desenvolvimento de apenas uma estratégia produtiva, exercem seus saberes nas mais variadas estratégias, exigindo o saber construído de acordo com o pulso das águas e demais particularidades dos componentes do sistema ambiental em que vivem.

Toda essa complexidade vivenciada, produzida e reproduzida por essas sociedades é influenciada diretamente pelos processos de trocas e interfaces culturais e pelo fato de estarem localizadas em região de fronteira. Com isso, a visualização da multiculturalidade ou até mesmo da pluriculturalidade nos arranjos estruturais, sociais e culturais, se tornam evidentes.

O livre trânsito e a circularidade humana expõem a inexistência para essas sociedades de uma barreira geopolítica. As trocas, incorporações e reconstruções socioculturais ocorrem de forma independente e dinâmica. As diferenças sociológicas e antropológicas se interconectam formando um híbrido, porém não isento de tudo que outrora foi construído. É como se fossem uma só sociedade e ao mesmo tempo várias, onde no meio de atividades e costumes, entrelaçam-se e vão se entrelaçando na construção das relações entre os povos e suas identidades.

No sistema ambiental acessado por essas sociedades fronteiriças, a “identidade” já não é tão satisfatória para ser pensada em sua forma original, pois se baseia na dinamicidade e se constrói nas relações. Na realidade são pontos de apego transitórios, que vão originando “múltiplas identidades” (HALL, 1997).

Hall afirma que a identidade é construída por meio das “diferenças” e não fora delas, e toda identidade, só se estabelece em relação com o outro, ou seja, a identidade é um olhar sobre si mesmo, a partir da minha visão do outro.

³ Equilíbrio: no sentido de harmonia a partir dos aportes de Edgar Morin.

Para Bauman (2012) a identidade tem relação com o ser humano e suas necessidades. A identidade “pessoal” confere significado ao “eu”. A identidade “social” garante esse significado e, além disso, permite que se fale de um “nós” em que o “eu”, precário e inseguro, possa se abrigar, descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades. O “nós” feito de inclusão, aceitação e confirmação é o domínio da segurança gratificante, desligada do apavorante deserto de um “lá fora” habitado por “eles”.

Se de acordo com Stuart Hall (1997) a identidade é construída a partir das diferenças, podemos pressupor então, que não existe a representação de uma só identidade, mas sim a evidência de “pluridentidades”, com várias origens.

Bauman (2012) ainda complementa essa ideia de “pluridentidades” afirmando que em um mundo fluído, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida é extremamente arriscado.

As identidades são marcadas por meio das diferenças. Elas não são opostas. Elas dependem uma da outra. E juntas formam um sistema classificatório imbuído de sentidos e significados que dão origem a “cultura” de determinada sociedade (WOODWARD, 2000). Semprini (1999, p. 11) diz que “A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico”. É o multiculturalismo que vai aprofundar as tensões geradas pela diferença e propor a abordagem de questões relativas à capacidade de integração das diferenças no sistema social.

Portanto, a miscigenação cultural, ou o multiculturalismo ou até mesmo o pluriculturalismo (NODA, 2016) em áreas de tríplice fronteira podem influenciar na construção dessas identidades, nas diferenças, no saber, na percepção, na atribuição de valor ao sistema ambiental e estratégias de conservação das sociedades humanas que habitam a região do Alto Solimões.

3 O LUGAR – ALTO SOLIMÕES, BENJAMIN CONSTANT E AS COMUNIDADES ESTUDADAS

A região do Alto Solimões, desde o século XVII, sempre esteve no centro das disputas pela conquista da Amazônia. Esse processo se deu inicialmente entre os impérios coloniais (Portugal e Espanha) e depois entre os novos Estados Nacionais: Brasil-Peru-Colômbia. O Alto Solimões teve sua história marcada pelo

estabelecimento de várias missões católicas, objetivando a catequização e a exploração da mão de obra indígena da região. Para alcançar estes objetivos, em 1750, o padre jesuíta Manoel dos Santos fundou na foz do rio Javari, a missão de São José de Javari, que compreende hoje os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga (ATAÍDE, 2017; BRAULIO, 2017).

Nesse período, a população residente no Alto Solimões, era em sua maioria composta de indígenas de várias etnias. Dentre elas destacavam-se os Omáguas⁴, os Kambebas⁵, os Tikunas⁶ e os Kokamas⁷. Os indígenas eram a força de trabalho para a extração dos produtos da floresta, assim como, eram em si, a própria mercadoria, resultante de um processo escravagista e de catequização exercido tanto pelos sertanistas, quanto pelos missionários durante a colonização (SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

Com as constantes perseguições aos índios, o Alto Solimões ficou despojado, visto que os sobreviventes indígenas, fugiam ou migravam para outros lugares. Desta forma então, a carência de mão de obra necessária ao processo de exploração da seringa nativa nos ciclos da borracha, foi suprida por uma população nordestina que se aventurava ao Alto Solimões em busca de riquezas, fazendo surgir assim, as figuras do patrão, do regatão e do seringalista. Nessa mesma época, no seringal chamado ESPERANÇA, ocupado principalmente por descendentes dos Omáguas, foi nascendo Benjamin Constant. A cada ano, novos moradores chegavam a Esperança e após a Proclamação da República (1889), o governo do Amazonas, antevendo o aumento da arrecadação do Estado, criou o município de Benjamin Constant em 1898 (ATAÍDE, 2017).

O município de Benjamin Constant está inserido na mesorregião do Sudoeste do Estado do Amazonas, microrregião do Alto Rio Solimões, compreendendo

⁴ Omáguas: também chamados de “cabeça-chata”, habitantes do Alto Solimões que foram dizimados durante a ocupação do território Amazônico (ATAÍDE, 2017).

⁵ Kambebas: etnia indígena que habita principalmente a região do Médio e Alto Solimões, assim como no Baixo Rio Negro (ISA, 2018).

⁶ Tikunas: configuram o povo indígena mais numeroso na Amazônia brasileira. São encontrados em seis municípios do Alto Solimões: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Sua população está distribuída em mais de 20 Terras Indígenas (ISA, 2018).

⁷ Kokamas: habitantes do Solimões, distribuídos principalmente nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, Tefé e Jutai (ISA, 2018).

Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa, situados na tríplice fronteira entre o Brasil, Peru e Colômbia. A cidade localiza-se na margem direita do Rio Javari, coordenadas Geográficas (projeção UTM, WGS84, Zona 19: 04°22'22.5" – SE 070°01'44.1" – W). O município faz fronteira ao Norte com Tabatinga e com o Peru. Ao Sul com os municípios de Eirunepé e Ipixuna. Ao Leste com São Paulo de Olivença e Jutai e a Oeste com Atalaia do Norte.

Em linha reta, a cidade de Benjamin Constant, está distante 1.116 km da capital do Estado do Amazonas (Manaus). O acesso é somente por via aérea ou fluvial. Aéreo pela cidade de Tabatinga, e a partir de Tabatinga, o deslocamento é realizado por meio de embarcações pequenas (lanchas) que levam em torno de 30 minutos de viagem até Benjamin Constant. De barco, o percurso de ida e volta para a capital do Estado do Amazonas, Manaus, é realizado por embarcações grandes denominadas de “recreio”, transportando a população, assim como, a maior parte dos produtos para a comercialização⁸.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, a população estimada do município é de 42.020 habitantes, sendo que aproximadamente 60% destes habitantes residem na zona urbana e 40% na zona rural. A identidade regional da população do município é marcada pela diversidade ambiental, cultural, étnica e de convivência entre nacionalidades. O livre trânsito e a circularidade humana nessa região de tríplice fronteira evidenciam a inexistência para essas sociedades de uma barreira geopolítica. Para os não indígenas, a fronteira Brasil-Colômbia-Peru, praticamente não existe, e para os indígenas ela é completamente ausente.

Benjamin Constant, segundo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM – agência local), possui sessenta e quatro (64) comunidades rurais, das quais trinta e oito (38) são ribeirinhas e vinte (26) são indígenas⁹, porém, novas comunidades vão surgindo ou comunidades antigas vão se dividindo devido a conflitos e emergências, tornando esse número bem maior. O município possui nove (09) Terras Indígenas, sendo

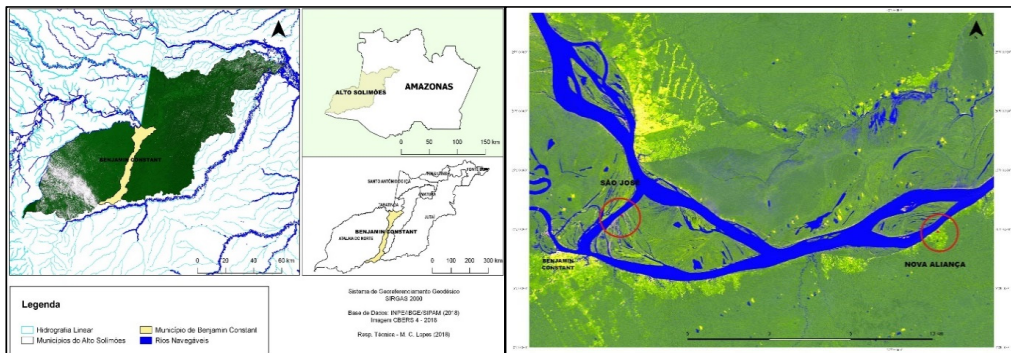
⁸ Comunicação pessoal obtida em consulta no Porto de Benjamin Constant, dia 18/06/2018 durante os levantamentos de campo.

⁹ Comunicação pessoal obtida em consulta ao IDAM de Benjamin Constant no dia 20/09/2018.

sete (07) delas homologadas e registradas no CRI/SPU: Bom Intento, Lauro Sodré, São Leopoldo, Tikuna de Santo Antônio, Tikuna de Feijoal, Tikuna Porto Espiritual, Vale do Javari. E duas em processo de homologação, onde já foram declarados os limites da área: Sururuá e Guanabara (ISA, 2018).

No universo das comunidades rurais existentes no município de Benjamin Constant, foram selecionadas duas para o desenvolvimento deste estudo. Uma delas habitada por agricultores familiares ribeirinhos, denominada de São José, na Ilha do Aramaçá, em área de várzea, distante cerca de 9 km de Benjamin Constant e a outra, a comunidade indígena Cocama de Nova Aliança, em área de terra firme, distante cerca de 47 km de Benjamin Constant (Figura 1).

Figura 1 – Representação cartográfica da região do Alto Solimões, do município de Benjamin Constant, AM, e das comunidades estudadas



Fonte: Elaborado por Lopes, M. C. (2018).

Por se tratar de um estudo envolvendo os seres humanos residentes nestas duas comunidades, apesar do não recolhimento de material genético, o projeto e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), sob o processo CAAE nº 83576018.0.0000.5020, sendo aprovado em 03 de abril de 2018, de acordo com o parecer consubstanciado do CEP n. 2.577.000.

4 O PULSO DAS ÁGUAS NAS CONSTRUÇÕES E (RE)CONSTRUÇÕES EM SÃO JOSÉ

A história ambiental e social da comunidade São José orientou-se de acordo com a dinâmica do extrativismo como atividade organizadora da economia do Alto Solimões. O processo de ocupação das terras de São José é bem similar, ao ocorrido em toda a Amazônia. A comunidade tem sua origem na posse de terras devolutas da União, em sua grande maioria por nordestinos. Essas pessoas chegaram no Amazonas para exercer sua força produtiva exclusivamente nos seringais no Vale do Javari, na extração do látex. Para eles, a imigração para a Amazônia, apontava como uma esperança na melhoria das suas situações econômicas, porém com o declínio do ciclo da borracha, não tiveram condições de retornar às suas localidades, buscando assim, um pedaço de “chão” para tirar seu sustento e abrigar sua família. O relato dos moradores mais antigos da comunidade corrobora a história registrada nos órgãos municipais de Benjamin Constant e a contada nos livros de histórias:

Segundo as informações dos meus avós, quando o meu avô chegou aqui foi em 1910. Ele, como os outros imigrantes nordestinos, vieram imigrar a borracha no Vale do Javari, mas não se deram bem e vieram para cá. Não só o meu avô, como outras pessoas ficaram e não tiveram mais como retornar para as suas cidades de origem, meu avô foi um que não teve mais comunicação com os parentes e terminou falecendo aqui. Assim como ele do Nordeste (meu avô), foram chegando paraenses, maranhenses, piauí, ceará, da Paraíba. Tudo nós tivemos pessoas aqui na nossa comunidade. Foram pessoas que vieram migrar a borracha, que na época aqui o vale do Javari era muito visto lá pra fora. A borracha era o ouro que existia na época, daí eles vieram, mas não tiveram sorte. (J.L.F. 62 anos, comunidade São José).

A construção histórica da comunidade São José baseia-se ainda, no entrelaçamento cultural com a união dos nordestinos e indígenas que habitavam na região do Alto Solimões. Indígenas estes não somente de nacionalidade brasileira, mas também, colombianos e peruanos, conforme relatam alguns moradores: “Meu avô paterno veio do Ceará para o Vale do Javari e se juntou com uma índia peruana. Por isso eu hoje falo que eu tenho descendência indígena. Não vou tirar minha origem. Negar de maneira alguma” (J.L.F. 62 anos, comunidade São José). Portanto, a origem da comunidade tem como base humana e social, o multiculturalismo, que conseqüentemente influencia recursivamente na construção e

(re)construção das relações com o sistema ambiental, nos processos de conservação, na utilização e atribuição de valor aos bens comuns existentes.

Na atualidade, a Comunidade São José, pertence ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) denominado Ilha do Aramaçá. A área de 10.781ha foi destinada para fins de reforma agrária pela Portaria nº 176/INCRA no ano de 1984. Após 13 anos, toda a extensão da ilha foi convertida em assentamento, de acordo com a Portaria nº 60, de 29 de novembro de 2007. O projeto agroextrativista Ilha do Aramaçá abrange 13 comunidades, sendo elas: Cristo Rei, Santa Luzia, São José, São Gabriel, Esperança do Solimões, Pesqueira, Santa Maria, São Miguel, Novo Lugar, São Raimundo, São Raimundo II, São Raimundo III e Bom Sítio.

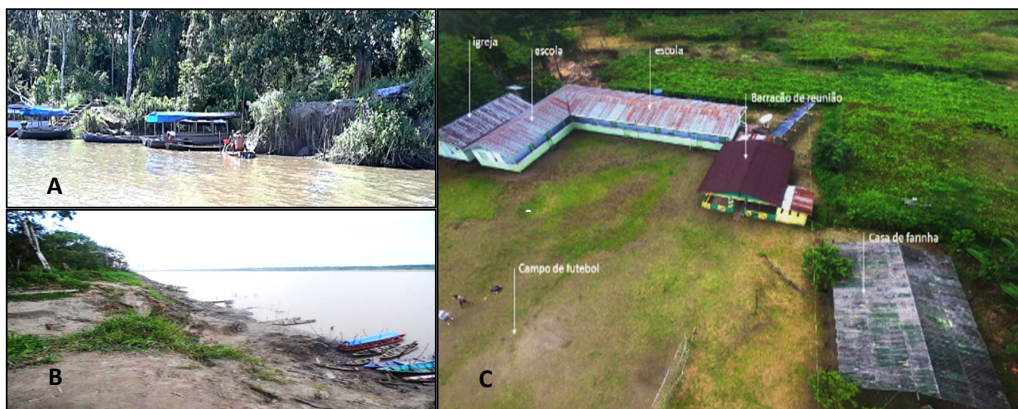
São José está localizada na porção noroeste da Ilha do Aramaçá, margem direita do rio Solimões, com coordenadas geográficas de 04º19'47,19" latitude sul e 69º57'30,78" longitude oeste, ocupando área de ecossistema de várzea, distante 9,1km em linha reta de Benjamin Constant e 10,9 km de Tabatinga. A proximidade com a sede do município de Benjamin Constant estabelece uma dinâmica diferenciada de escoamento de produtos e aquisição de suprimentos.

A Comunidade é considerada pelos moradores da Ilha do Aramaçá como a mais antiga da localidade, juntamente com as comunidades Cristo Rei e São Raimundo. Até a década de 1970 apresentava a disposição dos terrenos no sentido nordeste/sudoeste, com as frentes posicionadas a noroeste e voltadas para o rio [...]. Entretanto, as cheias com níveis acima do normal tornaram-se cada vez mais frequentes, intensificando o processo de erosão fluvial sobre a ilha e contribuindo com o fenômeno conhecido por "terras caídas" (MARTINS, 2016). Os agricultores relatam essa situação vivenciada e percebem a influência na sua dinâmica de vida: *"Antes a gente morava mais perto do rio. A força da água era mais forte [...]. E o terreno caiu. Para chegar nesse terreno que estou, eram quatro terrenos. Mas agora moro no terreno do compadre"* (C. S, 58 anos, comunidade São José).

O desbarrancamento implica em consequências sociais que transformam o cotidiano dos agricultores familiares de São José. A perda de propriedade causada pelo recuo das margens, traz consigo a necessidade do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência e uma série de novos acoplamentos necessários à manutenção de suas formas de vida e de trabalho (CARVALHO, 2006).

O acesso à Comunidade se dá pelo Rio Solimões, que baliza e conduz a vida cotidiana, assim como as atividades de trabalho, por meio do pulso de suas águas. Esse pulso das águas configura-se pelas flutuações hídricas, inundações e drenagens periódicas do rio, possibilitando o surgimento das áreas de várzea, a partir da deposição de terras e das transformações a cada período sazonal (JUNK *et al.*, 2000; Figura 2).

Figura 2 – Representação fotográfica da comunidade ribeirinha de São José. A. e B. Entrada no período da enchente e da seca; C. Centro da comunidade



Fonte: **A** e **B** (Lopes, M.C., 2017; 2019), **C** (Souza, D. C., 2017, adaptado por Lopes, M.C., 2018).

Na Comunidade São José, esse pulsar das águas tem relação com o regime hidrológico do rio, onde são distintos quatro períodos fluviais denominados: enchente, cheia, vazante e seca. Os agricultores utilizam variações de terminologias para esses períodos. Na extrema cheia, o termo utilizado é “alagação” e nos períodos de vazante e enchente a nomenclatura mais usualmente utilizada é “descida” e “subida” das águas, respectivamente. O que varia geralmente, com relação a influência da sazonalidade, são os meses de início e término de cada período, assim como sua duração e intensidade.

Essa sazonalidade por influência dos processos de subidas e descidas das águas afeta diretamente a normalidade das produções dos agroecossistemas familiares. Os processos de organização das atividades agrícolas, a quantidade e a diversidade das espécies a serem plantadas depende da intensidade e do tempo das cheias e das secas. Diante do viver e trabalhar sob o “comando” desse pulso

das águas, emerge frequentemente nos agricultores de São José, a necessidade de lançar mão do saber, acumulado na prática da convivência com o sistema ambiental ali existente, e expressado por meio de técnicas, procedimentos, métodos e escolhas que permitem a conservação econômica, social e ambiental da comunidade e das famílias.

Apesar de viverem essas variações das águas anualmente, os agricultores percebem as diferenças quanto a intensidade, duração e influência. Secas e cheias alteram o cotidiano dos moradores da Comunidade São José e em suas memórias são vívidos os anos mais “extremos”.

Esse ano (2017) a seca tá muito forte, olhe os bancos de areia no meio do Solimões. Quem vem para a ilha nunca aparecia praia no lado esquerdo, mas esse ano apareceu praia nos dois lados [...] Nossas águas estão sumindo e eu acho que é por causa da natureza. A gente fica tirando as árvores. (J. L. F., 62 anos, comunidade São José).

A cheia de 2015 trouxe uns 50 cm de aterro. Ainda agora é areia e o solo não está pronto para plantio. Só depois de 3 anos. [...] O aterro matou muitas plantas, o buriti, o açaí. O aterro cobre muito as raízes e as plantas morre. (M. I. C. R., 57 anos, comunidade São José).

Essas experiências vivenciadas nas transformações promovidas pelo pulso das águas constituem o cotidiano dos agricultores de São José, estando presentes em cada estratégia de autoecoorganização (MARTINS, 2016; NODA *et al.*, 2013; MORIN, 2005). Assim quando ocorrem emergências relacionadas às secas e cheias com duração e intensidade prolongadas, os agricultores familiares lançam mão de estratégias de sobrevivência, resultantes das percepções e interações com o ambiente em que vivem e do saber acumulado transgeracionalmente, que abrangem os seus processos de trabalho na agricultura, além dos relacionados à sua cultura e modos de vida.

Para os moradores de São José, assim como do Alto Solimões de forma geral, o rio tem um significado distinto. O rio é sua estrada, seu caminho, sua fonte de vida e de trabalho. No sair, partir e chegar cotidiano, o rio é um bem comum essencial. É por meio dele que se constroem e (re)constroem relações sociais, ambientais, econômicas e políticas, em um processo recursivo: “Na cidade as pessoas têm as estradas. Aqui nossa estrada é o rio. O rio para nós é tudo” (L. N. S., 42 anos, comunidade São José).

Com base nesse relato e ainda segundo Silvano e Begossi (2017) a ligação entre a terra e as águas para os agricultores familiares e ribeirinhos, evidencia a “dependência” intrínseca que as comunidades amazônicas possuem em relação ao ambiente em que vivem. Tal dependência decorre principalmente pela importância do sistema ambiental para a sua segurança alimentar e para a conservação da biodiversidade local, demonstrando que, assim como o sistema ambiental está para o homem, este também está para o sistema ambiental de uma forma recursiva (MATURANA; VARELA, 2011; MORIN, 2005).

5 NO ALTO DO PLATÔ, A HISTÓRIA CONSTRUÍDA EM NOVA ALIANÇA

Quando relacionamos a construção histórica ambiental das comunidades Nova Aliança e São José, podemos perceber que mesmo tendo raízes semelhantes, elas são distintas principalmente no que tange a sua organização social e cultural.

Nova Aliança foi fundada, a partir da migração de famílias indígenas peruanas em 1981. Essas famílias vieram para o Brasil motivadas por questões religiosas ligadas a uma seita denominada Irmandade da Santa Cruz, que se difundiu no Alto Solimões na década de 80.

A Irmandade da Santa Cruz é um movimento religioso que surgiu, na década de 1970, sob a liderança de um ex-seminarista católico chamado José Francisco da Cruz (Irmão José), que afirmava haver recebido a missão de levar a cruz e o evangelho por todo o mundo (GUARESCHI, 1985). A base da seita é a crença em cenários apocalípticos e a necessidade de ocupação de áreas elevadas e férteis, protegendo desta forma, os seguidores do cataclisma. Os adeptos deveriam trabalhar em atividades agrícolas, armazenando uma parte da produção para que pudessem suportar as dificuldades que viriam no futuro (REGAN, 1993; LÓPEZ GARCÉS, 2005; ORO, 2007).

Os fundadores de Nova Aliança aderiram ao chamado da Irmandade da Santa Cruz feito pelo missionário, Irmão José e vieram do Peru para a propagação da cruz no Alto Solimões.

Eu e minha família chegamos ao lugar denominado “Sururuá”, para fundar uma comunidade da Santa Cruz, autorizada pelo Irmão José Francisco da Cruz [...] Iniciamos o desmatamento com a ajuda de 03 comunidades: Bom Caminho, São Leopoldo e Feijoal. [...] Fizemos a derruba de 300 metros

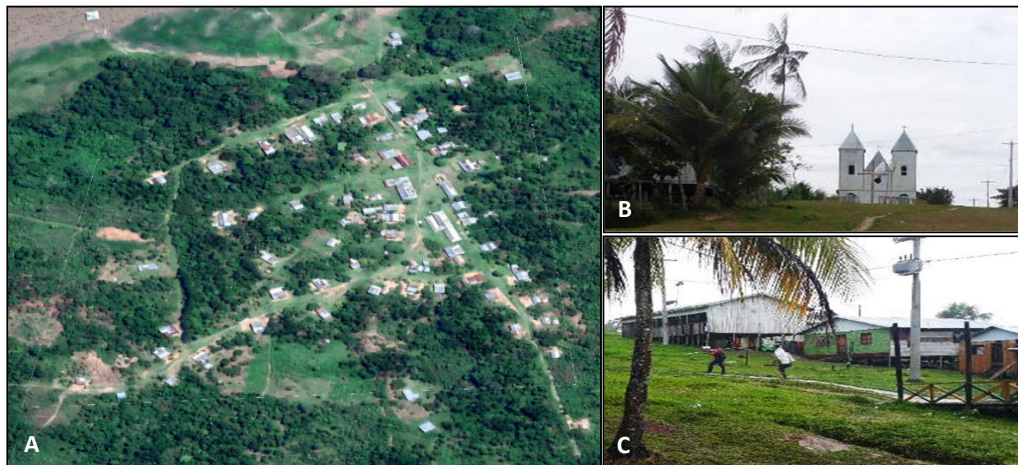
quadrados, plantamos a Santa Cruz e inauguramos a referidade com o nome Nova Aliança [...]. (A.A.A., 62 anos, comunidade Nova Aliança).

A cruz de madeira e o templo religioso denominado “Filha do Deus Vivente”, representam a pertença da maioria dos moradores ao movimento messiânico. A ligação dos moradores de Nova Aliança com o lugar onde moram tem um marco cultural e simbólico ligado à cosmologia com relação à “cruz plantada” no centro da comunidade. Isso marca a sacralidade do local, revelando as crenças e regras cotidianas (MATTA, 2003).

O Estatuto da Irmandade estabelece formalmente as normas e regras que conduzem a vida em Nova Aliança. A religião está no centro das e as decisões perpassam junto às lideranças sociais e religiosas. Apesar da força do movimento religioso e sua influência na organização comunitária, algumas famílias não participam mais das atividades ligadas à religião, mesmo assim, seus modos de vida e comportamentos ainda são condizentes aos preceitos estabelecidos.

Nova Aliança ocupa uma área de 375 ha de terra firme na margem direita do rio Solimões, cerca de 46,7 km de Benjamin Constant (coordenadas geográficas: 4° 21’00 “S e 69° 36’27” W; Figura 3).

Figura 3 – Representação fotográfica da comunidade cocama de Nova Aliança.



A) vista de cima da comunidade; B) Igreja da Irmandade da Santa Cruz no centro da comunidade; C) Arranjo habitacional

Fonte: **A, B e C** (Lopes, M. C., 2017; 2019).

A comunidade de Nova Aliança está inserida na Terra Indígena denominada Sururuá, que abrange os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, ocupadas pelos grupos Ticunas e Cocamas (processo Funai/BSB nº 08620.001007/08). Os moradores de Nova Aliança se autoidentificam como Cocamas. Os cocamas foram considerados “extintos” no Brasil até a década de 1970, principalmente devido ao processo de colonização da Amazônia, onde as missões e frentes extrativistas, impuseram a este povo condições extremas que não lhes permitia a reprodução física e cultural. Este fato, ocasionou a negação da identidade Cocama durante muito tempo, mas na realidade, estavam vivendo com outros povos (ISA, 2018).

Em 2010, cerca de 9.636 cocamas, habitavam os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Fonte Boa, Jutá e Tefé, distribuídos ao longo do rio Solimões/Amazonas até o vale do Rio Ucayali, no Peru (FUNASA, 2010).

Lideranças cocamas do Alto Solimões em 1983, começaram a se organizar para a reafirmação de sua identidade e cultura, incentivando os indivíduos e comunidades, a assumirem-se como cocamas e a lutar pelos seus respectivos direitos (MATTA, 2003). Na comunidade Nova Aliança, apenas os mais idosos falam algumas palavras em cocama. O contato com outros povos e a necessidade de falar o português acabaram afastando-os do aprendizado de sua língua, contudo, existe entre eles um movimento intenso de resgate da sua cultura, principalmente na escola da comunidade, por meio dos professores em suas disciplinas, nas festas e manifestações culturais.

Da mesma forma como ocorre em São José, o rio Solimões para os moradores de Nova Aliança é importante para sua sobrevivência. Seu regime de cheias e secas é determinado pelas chuvas. As fortes chuvas que caem entre outubro e novembro dão início à subida das águas. O período da “enchente” estende-se durante cerca de três meses aproximadamente e o pico em Nova Aliança se dá em maio e em junho as águas já começam a descer (RODRIGUES, 2008).

Do rio, os cocamas retiram o peixe: “O rio é muito importante porque é nosso sustento e meio de transporte. Nele temos o peixe” (M.P.C., 52 anos, comunidade Nova Aliança). O Solimões é o fornecedor do alimento para os moradores, é o meio de deslocamento das famílias e elemento complementar das

atividades de trabalho. Assim, o cotidiano de vida dos indígenas de Nova Aliança, vai se conduzindo por meio do pulso das águas do rio Solimões, possibilitando a reprodução social, cultural e biológica dos moradores. Portanto, o rio é símbolo cheio de significados estando na centralidade de suas percepções sobre o que tem “valor” na comunidade, representando o “suprir” das necessidades, mas também, representando as dificuldades e a inevitabilidade das transformações em seus processos de autoecoorganização.

6 O COTIDIANO ENTRELAÇADO AO MANEJO DO SISTEMA AMBIENTAL

6.1 Dinâmica da vida em São José e Nova aliança

O termo “comunidade” é como os ribeirinhos de São José e os cocamas de Nova Aliança autointitulam seus lugares de moradia, mas ele tem a capacidade de designar principalmente a unidade sociopolítica e as formas tradicionais de ocupação e gestão do território (CARDOSO, 2010). As famílias das duas comunidades ocupam este território há muitas décadas, subdividindo-o em espaços para as unidades domésticas, com áreas para as roças, quintais, terreiros e capoeiras, além de áreas de uso comum, como a igreja, barracão de reunião, a floresta e os lagos e áreas estatais, como a escola e o posto de saúde.

As tarefas cotidianas são divididas no âmbito de decisão de cada família e, quando necessário, são realizados mutirões (ajuri¹⁰), para os trabalhos a nível da comunidade ou na agricultura caso seja solicitado.

A manutenção da unidade familiar está intrinsecamente relacionada com a força de trabalho existente, portanto, famílias numerosas constituem uma estratégia quanto a disponibilidade de mão de obra para as atividades agrícolas. As famílias possuem de 02 a 11 pessoas. Nas duas comunidades as mulheres se ocupam com as atividades da casa, do cuidado com as crianças, das plantas medicinais e de algumas atividades na roça. Os homens são responsáveis por atividades como: a pesca, a caça, a limpeza, plantio, colheita das áreas de roça, e manutenção das áreas coletivas.

Em São José residem cerca de 25 famílias, sendo 19 fixas e 06 famílias esporádicas. O número de idosos é relativamente alto, pois a maioria dos jovens

¹⁰ Ajuri: termo indígena utilizado para designar relações de trabalho de ajuda mútua (NODA, 2000).

parte para Manaus, Benjamin Constant ou Tabatinga em busca do ensino médio ou do ensino superior. Frequentemente, estes jovens conseguem emprego na cidade, não retornando para a comunidade de origem. “É difícil os filhos da gente que vão e querem voltar” (C.S, 58 anos, comunidade Nova Aliança). Conforme o levantamento etário, a maioria dos agricultores do sexo masculino estão acima dos 51 anos (65%) e apenas 35% estão na faixa de 20 a 50 anos. Com relação as agricultoras, 54% estão acima dos 51 anos. E 46% têm entre 20 e 50 anos.

Cerca de 453 pessoas, divididas em 70 famílias e 58 casas, residem em Nova Aliança. Porém, para este estudo foram consideradas apenas 60 famílias, pois as demais não têm a comunidade como residência fixa ou residem por um tempo inferior a 2 anos ou mudaram-se para outras cidades próximas. Das 453 pessoas que residem em Nova Aliança, em torno de 58% são homens e 42% são mulheres. Os adultos com idade superior a 18 anos são maioria na comunidade (52%), ainda assim, o número de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos é elevado (48%).

Em São José, a preocupação com a continuidade dos agroecossistemas familiares, bem como com a comunidade, é uma constante. O envelhecimento dos moradores e o esvaziamento da comunidade é temática de reuniões entre as lideranças. Hoje são permitidas ocupações de pessoas sem relação de parentesco, mediante análise e aceitação dos demais. Para aquelas pessoas cujos familiares têm relação com a comunidade, a entrada na comunidade envolve a cessão de terras/agroecossistemas abandonados, já para “estranhos” envolve uma cessão monetária pelas benfeitorias existentes.

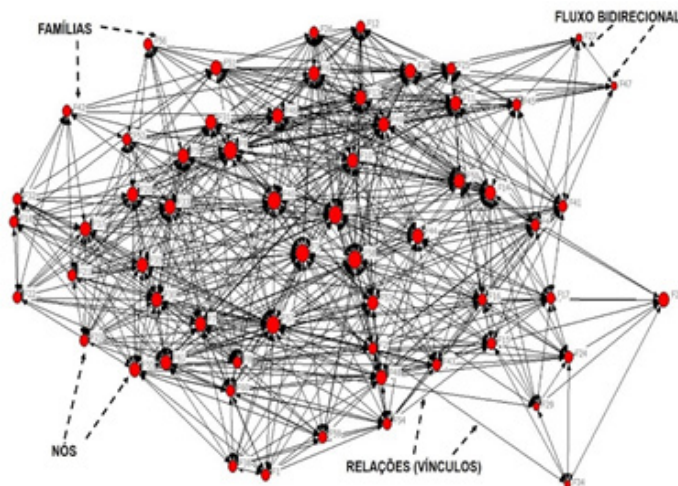
Efetivamente, as terras de São José, não podem ser vendidas, pois são terras devolutas da união que compõem por meio de portaria do Governo Federal, o Assentamento Agroextrativista da Ilha do Aramaçá, ainda assim, entre os moradores existem acordos e tratados para a entrada de novos moradores na comunidade. Bruno (2007, p. 57-68) traz a discussão sobre a importância da propriedade assumir outros significados para agricultores familiares tradicionais. E por analogia, a cessão de terras em comunidades do Alto Solimões expressa significados que levam em conta não somente a reprodução econômica deles, mas também, a reprodução social e a manutenção dos seus modos de vida. A concessão de terras e a permissão para “outros” ocuparem os espaços na comunidade São José, envolve principalmente a necessidade de continuarem sendo o que sempre foram prevalecendo o sentido da reciprocidade e da cooperação.

Em Nova Aliança, o referencial comunitário para os cocamas, tem como base uma organização diferenciada consolidada pelos laços familiares e de parentesco. Hoje, os laços de parentesco e a condição de ser indígena são fatores fundamentais na aceitação de novos comunitários. Os vínculos de parentesco configuram-se como estratégias de conservação social, garantindo seu modo de vida e sua sobrevivência.

Para determinar a influência das relações de parentesco nos processos de construção e (re)construção histórica das duas comunidades, as famílias foram classificadas de acordo com a seguinte nomenclatura F1, F2, ..., F(N) e cada uma indicou suas relações familiares e de parentesco com as demais famílias da comunidade. A fim de analisar as interações familiares existentes foram consideradas apenas as famílias dos cocamas de Nova Aliança, devido a dinâmica de acesso a comunidade, prevalecendo até o tempo presente com a lógica do parentesco sanguíneo, da origem e da cosmologia indígena (Figura 4).

A análise de redes sociais (ARS) foi utilizada para a identificação de padrões de laços sociais entre as famílias. As redes sociais são formadas pelos nós que são as famílias, também pelas relações, que correspondem aos laços de parentescos e pelos fluxos, que dizem respeito sobre a intensidade dessas relações (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

Figura 4 – Sociograma das relações familiares entre os cocamas de Nova Aliança



Fonte: Processamento e análises nos Softwares Ucinet 6.528 (BORGATTI; EVERETT; JOHNSON, 2013) e Netdraw 2.141 (BORGATTI, 2002).

Na Figura 4, as famílias representadas com círculos maiores e localizadas mais no centro são consideradas nodais, ou seja, com o maior número de ligações e relações familiares. As famílias nodais são geralmente as com um tempo maior de moradia na comunidade. Na rede de Nova Aliança as relações são bem construídas por laços familiares e os fluxos revelam uma forte interação entre as famílias, sendo que algumas famílias se destacam devido ao maior número de relações que construíram com a vivência comunitária.

As famílias nodais têm grande influência sob as outras, pois possuem relações de parentesco com a maioria delas. As decisões políticas no âmbito da comunidade também perpassam pelas famílias nodais, principalmente no que tange as representações sociais de lideranças religiosas (diretor, presidente, sacerdote e tesoureiro) e comunitárias (cacique, vice cacique, tesoureiro e secretário). Este vínculo entre família e organização social comunitária implica na manutenção da cultura, tradição e valores, comprovando a imbricação desses dois universos.

De acordo com Brown (1991), todas as sociedades humanas consideram o parentesco como um princípio organizacional básico. O parentesco desempenha um papel fundamental no controle do acesso aos vários elementos sociais, políticos, culturais, naturais e ambientais que constituem e mantêm as duas comunidades. Nestas comunidades amazônicas, a família ou o parentesco não se referem apenas às relações de sangue ou casamento, mas também as de afinidades. Com isso, as pessoas tendem a ter pensamentos unificados, especialmente na tomada de decisões sobre o uso e divisão dos espaços, na gestão territorial e na escolha de suas lideranças (FLINN, 2011).

6.2 Dinâmica de trabalho em São José e Nova Aliança

A economia das comunidades gira em torno da agricultura. A agricultura familiar na Amazônia caracteriza-se como uma importante forma de organização social que associa família, produção e trabalho nos ambientes terrestres e aquáticos. Os critérios utilizados pelos agricultores familiares na Amazônia para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender suas necessidades básicas (CASTRO *et al.*, 2007, p. 55-8).

A agricultura é um meio essencial para a sobrevivência das famílias das comunidades São José e Nova Aliança. O agricultor indígena e não indígena preocupa-se em cultivar diversas espécies como estratégia de diversificação, reduzindo desta forma, os riscos e as incertezas (BARBOSA; BATISTA; PIMENTA, 2014).

São José contribui com o abastecimento local, por meio de uma gama de produtos, onde as atividades na terra são voltadas, principalmente para a produção agrícola, sendo a principal fonte de alimento para o consumo das famílias e de renda, cujo excedente geralmente é comercializado (SOUZA, 2018). As espécies escolhidas para cultivo variam quanto ao período necessário para completar o ciclo até a colheita. O plantio obedece a uma sequência na qual as mais tardias são plantadas logo após a descida das águas, ocupando as cotas mais elevadas e as mais precoces ocupando as áreas de cotas menos elevadas (MARTINS, 2016). Dentre os cultivos expressivos estão o de maracujá, no qual a comunidade é referência em Benjamin Constant, melão regional e melancia. Mas também, se planta mandioca para a produção de farinha, milho, cheiro verde, banana, feijão de praia e pimenta de cheiro.

Do total de agricultores ribeirinhos entrevistados em São José, 85% afirmaram ser a agricultura sua atividade principal, 8,5% têm na pesca sua atividade predominante e 6,5% declararam que tanto a agricultura como a pesca são as atividades que os definem. Contudo, isso não significa que os que se declararam apenas agricultores não pescam, e muito menos que os pescadores não plantem, pois pesca e agricultura são atividades desenvolvidas de maneira simultânea e complementares, como estratégia para promoção da segurança alimentar e nutricional, fornecendo os alimentos necessários para a sobrevivência das famílias. E isto é bem evidente em seus discursos:

Eu sou agricultor e de tudo que eu planto eu como (A.P., 67 anos, comunidade São José).

Eu não posso dizer que sou só agricultor, ou só pescador, eu faço as duas coisas, mas eu gosto mesmo é de pescar. [...] O cara vem dizer para mim que é pescador, eu pergunto logo sabe amarrar? sabe costurar? (Rede de pesca), então não é pescador (R. S. N., 60 anos, comunidade São José).

Já em Nova Aliança, as atividades agrícolas dos Cocamas se concentram principalmente no cultivo de mandioca, banana, milho e arroz de várzea, que junto

com a pesca constituem a base alimentar das famílias. Embora esses sejam os plantios mais expressivos, os agricultores também cultivam o coentro, o repolho, a cebolinha, o mamão, o limão, a laranja e a tangerina. Estas práticas conforme Herbelê *et al.* (2017) estão intrinsecamente ligadas à segurança alimentar e nutricional, à conservação da biodiversidade agrícola local e à sustentabilidade meio ambiente.

Dentre todos os sujeitos entrevistados em Nova Aliança, 95% afirmaram que a agricultura é a sua atividade principal, e os outros 5% são de moradores servidores públicos municipais que não se consideram agricultores. Dos que se declararam agricultores, 56,5% eram especializados em atividades relacionadas somente com a agricultura, 37,5% se dedicavam à agricultura e à pesca e outro 1% à agricultura e à caça. Suas percepções sobre trabalho estão evidenciadas em seus discursos:

A gente tem a plantação da agricultura. Aqui é bom ser agricultor, a terra é produtiva, aqui na terra dá o arroz, dá o milho, dá tudo, pode plantá. (E. A. M., 42 anos, comunidade Nova Aliança).

Eu sou agricultor e minha mulher também [...]. (R. M. F., 40 anos, comunidade Nova Aliança).

Os agricultores de São José e os cocamas de Nova Aliança produzem na maioria das vezes para o consumo da unidade familiar, entretanto vendem alguns produtos e seus excedentes para a aquisição de mercadorias não produzidas na comunidade, porém necessárias ao consumo das famílias (NODA; NODA; MARTINS, 2006). Alguns produtos são comercializados nas feiras de Benjamin Constant, Tabatinga e no Peru. Outros, como a mandioca/macaxeira e seus derivados, são apenas para consumo da família e para as relações de reciprocidade, compartilhamento e partilha que ocorrem entre os próprios moradores e visitantes.

Nos agroecossistemas, existe uma lógica organizacional que leva a diversificação das atividades, buscando atender às necessidades familiares, com isso procuram reduzir a vulnerabilidade econômica e obter autonomia em suas decisões (PINHEIRO, 2007; DELGADO; BERGAMASCO, 2017). A comercialização dos produtos gerados a partir das atividades agrícolas nos agroecossistemas, tem como suporte a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais, criada em 2001, com o objetivo de apoiar a produção agrícola das comunidades e ser mediadora na capitalização de recursos e financiamentos junto aos bancos locais e à prefeitura.

Não somente a agricultura, mas a pesca é uma atividade de igual importância para os moradores de São José e Nova Aliança. *“Quando alaga e a plantação vai para o fundo, daí nois vive do peixe”* (A.P., 64 anos, comunidade São José). A ligação com as águas, por meio da pesca, vai além das práticas utilizadas para o sustento. A pesca é a base complementar da agricultura, do extrativismo e de outras atividades desenvolvidas para a sobrevivência das famílias. Ela também, é indispensável na complementação da alimentação nos agroecossistemas, promovendo a segurança alimentar: *“Quando alaga você escolhe os peixes que quer pescar. Eu levo de 20 a 30 peixes para os meus filhos em Tabatinga”* (C.S., 58 anos, comunidade São José). *“Quando pega de muito peixe vende na comunidade ou em Feijoa”* (P. F. M., 36 anos, comunidade Nova Aliança).

A maioria dos agricultores familiares pescam. Os pescadores são associados à cooperativa denominada Colônia Z3 com sede em Benjamin Constant, que de acordo com o Secretário Municipal de Pesca, possui hoje cerca de 9.000 pescadores registrados. A pesca é praticada tanto por homens como por mulheres, com exceção dos lugares com acesso dificultoso, onde apenas os homens são envolvidos. Os saberes sobre técnicas, ferramentas, apetrechos e diversidade do pescado, assim como, sobre os lugares onde pescar, são repassados de geração em geração, pois a pesca está inserida no cotidiano das famílias.

O rio Solimões é o lugar de pesca mais usual para os moradores, contudo lagos e outros ambientes aquáticos como igapós, furos e paranás formados com o movimento sazonal, também são bastante acessados. *“No verão se pesca mais no rio. No inverno no igapó. Na piracema os peixes vêm no porto”* (J.F.L., 62 anos, comunidade São José).

Estes lugares de pesca são na realidade, ecossistemas sociais, culturais e ambientais, conservados pelas famílias como bens comuns, reconhecidos por jovens e adultos, necessários à sua reprodução (RICOVERI, 2012; DÁCIO; NODA, H., 2018).

A preferência dos moradores é maior pelos peixes de escama, porém os bagres, também são muito apreciados. As espécies de peixes variam de acordo com o ambiente aquático em que pescam. No rio, peixes como o bacu, o pacú e o surubim são mais comuns. Nos lagos e nos igapós o bodó, traíra, jiju, carauaçu, tamoatá, pirapitinga, curimatá e tambaqui são mais frequentes. É possível observar

hoje pelos relatos dos moradores que a diversidade de pescado é influenciada não somente pelo ciclo sazonal ou pelo ambiente de pesca, mas também por emergências que foram surgindo frente ao aumento populacional da comunidade, assim como, pelo acesso de moradores de outras localidades: *“Antigamente dava mais peixe. Agora aumentou a população e também outros pescadores de outras comunidades. Quando pega um pouco a mais vende, mas se vende todo o peixe, todo dia tem que pescar (E.A.M., 42 anos, comunidade Nova Aliança)”*.

A pesca praticada nas comunidades está inserida na face pluriativa dos agricultores familiares. Ela é predominantemente exercida como atividade para a sobrevivência e manutenção da unidade familiar, e suplementarmente como comércio e moeda de troca. De forma análoga às observações de Veríssimo (1970) no Pará e Pereira, Souza e Ramos (2007) em comunidades ribeirinhas do Amazonas, pode-se dizer, então, que o produto da pesca representa para os moradores um “valor de uso”, bem como, um “valor de troca”, por meio do qual buscam a sobrevivência familiar e coletiva do grupo societário ao qual estão inseridos.

Além da agricultura e da pesca, a economia é movimentada do mesmo modo, pela diversificação das atividades nos agroecossistemas familiares. O trabalho pluriativo é uma constante no cotidiano de vida dos agricultores indígenas e não indígenas no Alto Solimões. Ora eles são agricultores, ora pescadores e ora trabalhadores assalariados, prestadores de serviço para a prefeitura municipal. Segundo Dácio (2017) toda esta face pluriativa se faz importante na reprodução dos agroecossistemas familiares amazônicos, como forma de suprir as necessidades relacionadas com alimentação, vestuário, apetrechos de pesca, ferramentas agrícolas, materiais para construção, combustível e eletrodomésticos nas comunidades.

Alguns agricultores exercem trabalho em tempo parcial nas escolas das comunidades ou na Secretaria Municipal de Saúde e de interesses indígenas. Outros recebem benefícios sociais como: aposentadorias rurais, pensões, bolsa família e seguro defeso (TABELA 1). Algumas famílias recebem os benefícios de forma simultânea, pelo fato de serem destinados a diferentes tipos de assistência.

Tabela 1 – Componentes de renda das Famílias das Comunidades São José e Nova aliança

Atividade/Benefício	Número de Famílias São José	Número de Famílias Nova Aliança
Trabalho Assalariado	07	18
Aposentadoria	12	15
Bolsa Família	09	42
Seguro defeso	04	26

Fonte: Levantamento de campo (2016-2019).

Os benefícios sociais, o trabalho assalariado e as demais atividades extrativistas, complementam a renda obtida com atividade principal que é a agricultura e todas as atividades e benefícios sociais são importantes fontes adicionais de renda não-agrícola, que auxiliam na aquisição de produtos essenciais, porém não disponíveis e/ou não produzidos nas comunidades, com o objetivo de assegurar a reprodução social, cultural e econômica dos agricultores, assim como a sustentabilidade ambiental do sistema, como relatado no discurso abaixo:

Aqui quando a gente planta feijão de praia, não compro feijão. Arroz é só pilar. Muita coisa a gente não compra. Só compra óleo, açúcar. Se fosse na cidade tinha que comprar tudo. Ou quando não tem, vizinho dá, troca, empresta ou dá fiado. (E. A. M., 42 anos, comunidade Nova Aliança).

Neste aspecto cabe frisar que a diversificação das fontes de renda, em São José e Nova Aliança, representada pelo trabalho nos agroecossistemas, trabalho assalariado e auxílio dos programas de assistência social, se configura em estratégia de pluriatividade adotada pelos agricultores familiares, contribuindo para a conservação ambiental (SCHNEIDER, 2003).

Mediante a evidenciação no discurso anteriormente mencionado sobre a necessidade de renda para aquisição de produtos considerados essenciais, porém não produzidos na comunidade, se observa também as relações estabelecidas de reciprocidade entre as famílias: “vizinho dá, troca, empresta ou dá fiado”. É comum os moradores partilharem os excedentes da produção agrícola ou da pesca com aqueles aos quais tem relações de compadrio, com os idosos e enfermos, com os que tem crianças pequenas e com pessoas externas que visitam a comunidade.

Para os agricultores familiares destas comunidades, partilhar daquilo que melhor possuem ou o resultado de seu esforço de trabalho nos agroecossistemas, tem significados que vão muito além da satisfação de necessidades básicas e essenciais. As relações de partilha geram um sentimento de pertencimento e de confiança a partir de valores afetivos e éticos. O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea sempre associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário (SABOURIN, 2010). Nessa perspectiva, não existem diferenças que distingam a importância de cada um dos agricultores para a manutenção da biodiversidade e dos agroecossistemas locais. O que existe realmente é a consciência intrínseca de que a comunidade em si e tudo que a compõe, é um bem comum de todos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, a sustentabilidade dos sistemas é inerente aos saberes e estratégias utilizadas no manejo dos bens pelas comunidades locais. No Alto Solimões, os agricultores familiares indígenas e não indígenas conservam o sistema ambiental por meio de processos de construção e (re)construção cultural, modos de vida e por sua força de trabalho. Este processo de conservação é complexo e envolve uma série de fatores que compõem a história de vida e o cotidiano dos agricultores familiares.

Nas comunidades de São José e Nova Aliança, a relação estabelecida entre os agricultores familiares e o ambiente em que vivem, revela um processo de autoecoorganização resultante da utilização do sistema de forma sustentável, por meio de estratégias de conservação. Estas comunidades acessam os rios, as matas e as terras autogerenciando seus usos tendo como base suas capacidades de produção e reprodução em todas as esferas (social, cultural, econômica e ambiental) a partir do saber construído ao longo de gerações.

Os agricultores familiares de São José e Nova Aliança estão inseridos em comunidades localizadas em ecossistemas distintos. São José em área de várzea e Nova Aliança em área de terra firme. Contudo, o manejo destes dois ecossistemas, demandam estratégias similares de uso e manejo, principalmente com relação ao pulsar das águas do rio Solimões. A sazonalidade, e seus períodos de chuvas intensas e subidas das águas, assim como, a estiagem e a descida das águas, são

exemplos das emergências onde a exigência da prática cotidiana adquirida na lida diária, e da manifestação do saber adquirido ao longo do tempo são necessárias.

Nas (re)construções ao longo do tempo, tendo como protagonistas da história ambiental, os “sujeitos” (moradores, agricultores familiares, pescadores, indígenas e ribeirinhos), cada atividade (agricultura e extrativismo), ou ambiente (terra, a água e a floresta) que compõe, faz parte e caminha com a história construída diariamente pelos agricultores familiares destas comunidades, tem valor para a sua manutenção social, cultural, ambiental e econômica. Esse valor que na maioria das vezes não é físico ou materializável, mas palpável nas construções relacionais do homem com o ambiente em que vive, e do ambiente com o homem.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, L. *Tabatinga: crônicas fronteiriças*. Editorial Gente Nueva, 2017. 107 p.
- BARBOSA, E. B.; BATISTA, J. R.; PIMENTA, H. S. Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia, *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, [s.l.], n. 193, 2014.
- BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BORGATTI, S. P. *Netdraw Network Visualization*. Analytic Technologies. Harvard, MA, 2002.
- BORGATTI, S. P.; EVERETH, M. G.; JOHNSON, J. C. *Analyzing Social Networks*. London: Sage Publications UK, 2013.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BRAULIO, O. B. *Educação Escolar Ticuna: uma descrição do universo educacional e cultural na escola Ebenezer, em Filadélfia, Benjamin Constant (AM)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, 2017.
- BROWN, D. E. *Human universals*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.
- BRUNO, R. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In.: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Org.). *Mundo Rural IV: configurações rural-urbanas – poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad/EDUR, 2007. p. 57-68.

CARDOSO, T. M. *O saber biodiverso: práticas e conhecimento na agricultura indígena do baixo Rio Negro*. Manaus, AM: Universidade Federal do Amazonas; EDUA, 2010. 190 p.

CARVALHO, A. L. *Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara – AM, Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2006.

CASTRO, A. P.; SILVA, S. C. P.; PEREIRA, H. S.; FRAXE, T. J. P.; SANTIAGO, J. L. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007. p. 55-8.

DÁCIO, A. I. C. *Segurança alimentar e conservação nos agroecossistemas do Alto Solimões, Amazonas*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2017.

DÁCIO, A. I. C.; NODA, H. Lugares de terra e de água dos Kokama de Nova Aliança, Alto Solimões, Amazonas. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 18, n. 37, p. 59-87, set./dez. 2018.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente [MMA]; Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Universidade de São Paulo [USP]; Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil [NUBAUB], 2001.

FLINN, M. V. *Evolutionary Anthropology of the Human Family*. Edited by Todd K. Shackelford and Catherine A. Salmon. The Oxford Handbook of Evolutionary Family Psychology, 2011. DOI: <http://10.1093/oxfordhb/9780195396690.013.0002>

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE [FUNASA]. Ministério da Saúde. População Indígena – Relatório. *Portal FUNASA*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GUARESCHI, P. *A cruz e o poder: a Irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Editora: Vozes, 1985.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). *Representation Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. *Introduction to social Networks Methods*. Riverside, C.A.: University of California, 2005. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

HEBERLÊ, A. L. O.; SICOLI, A. H.; SILVA, J. S.; BORBA, M. F. S.; BALSADI, O. V.; PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro, In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 131-149.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Estimativa da população dos municípios para 2018. *Portal IBGE*, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatistica/população/>. Acesso em: 11 set. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [ISA]. Povos Indígenas do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 11 set. 2018.

JUNK, W. J.; OHLY, J. J.; PIEDADE, M. T. F.; SOARES, M. G. M. *The Central Amazon Floodplain: actual use and options for a sustainable management*. Leiden: Backhuys Publishers, 2000.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del alto Amazonas/Solimões*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília (CEPPAC/UNB), Brasília, DF, 2005.

MARTINS, A. L. U. *Conservação da Agrobiodiversidade: saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2016.

MATTA, P. Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Sururuá. Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2003. [*Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Governo Federal, de 20 maio 2008].

MATURANA, H. A.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283 p.

MAUCH, C.; ROBIN, L. *Os limites da história ambiental: uma homenagem a Jane Carruthers*. Munique, Germany: RCC Perspectives, 2014.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p.

NODA, S. N. *Notas de aula: epistemologia ambiental*. 2016. Trabalho apresentado ao curso de pós-graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal da Amazônia (UFAM), 2016.

NODA, S. N. *Na terra como na água: organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade da Amazônia Brasileira*. 182f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2000.

NODA, S. N.; MARTINS, A. L. U.; NODA, H.; SILVA, A. I. C.; BRAGA, M. D. S. Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 2, p. 397-416, maio/ago. 2012.

NODA, S.; NODA, H; MARTINS, A. L. U. Agricultura familiar a várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 163-94.

NODA, H.; NODA, S. N.; MARTINS, L. H. P.; MARTINS, A. L. U.; SILVA, A. I. C. Etnoecologia de paisagens agrícolas nas várzeas na região do Alto Solimões. In.: NODA, H.; NODA, S. N.; LAQUES, A.; LÉNA, P. (Org.). *Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia*. Manaus, AM: WEGA, 2013.

ORO, A. P.; FRIGERIO, A. Fora das fronteiras. *História Viva*, São Paulo, v. 6, p. 76-9, 2007.

PEREIRA, H. S.; SOUZA, D. S. R.; RAMOS, M. M. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do PIATAM. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Piatam. Manaus: EDUA, p. 171-95. 2007.

PINHEIRO, G. S. R. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. In: BRANDENBURG, A. et al. *Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília, DF: MDA, 2007.

REGAN, J. *Hacia la tierra sin mal – la religión del pueblo en la Amazonía*. Peru, Iquitos: Centro de Estudios Teológicos de La Amazonía [CETA], 1993.

RICOVERI, G. *Bens comuns versus mercadoria*. 1a. ed. trad. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

RODRIGUES, P. M. A. *Homens e mulheres nas beiras: etnoeconomia e sustentabilidade no Alto Rio Solimões*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2008.

SABOURIN, E. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. *Revista Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 143-58, dez. 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 100-21, 2003.

SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*. São Paulo: EDUSC, 1999.

SILVANO, R. A. M.; BEGOSSI, A. Ribeirinhos e caiçaras: a vida entre a terra e a água. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – Com Ciência*, Campinas, dossiê 193, nov. 2017. Disponível em: <http://www.comciencia.br/ribeirinhos-e-caicaras-vida-entre-terra-e-agua/>

SOUZA, A. S. N. D.; OLIVEIRA, J. A. R. K. Campesinos peruanos em Benjamin Constant no Amazonas – Brasil. *Sociedade e Território*, Natal, v. 27, n. Edição Especial I – XXII ENGA, p. 61-78, 2015.

SOUZA, D. C. *Etnoconservação ambiental em São José, região do Alto Solimões, AM*. 2018. 91 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2018.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Sobre os autores:

Marcileia Lopes: Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia. Professora de Carreira da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), lotada no Departamento de Ciências Florestais da Faculdade de Ciências Agrárias. Ministra as disciplinas de Perícia Florestal/Ambiental e Ética e Legislação Profissional para os alunos do curso de Engenharia Florestal e Agronomia. **E-mail:** mlopes@ufam.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7953-5336>

Hiroshi Noda: Doutorado e mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Graduação em Engenharia Agrônômica pela Esalq, da USP; e em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Santos. Atualmente é Pesquisador Titular Aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), pesquisador dos grupos de pesquisa do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos Amazônicos (NERUA), da Coordenação Sociedade, Ambiente e Saúde do INPA, e do Núcleo de Etnoecologia na Amazônia Brasileira (NETNO) da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É docente do quadro permanente do Curso de Pós-graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente da UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Agricultura no Trópico Úmido do INPA. **E-mail:** hnoda@inpa.gov.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8813-7586>

Recebido em 12 de fevereiro de 2021

Aprovado para publicação em 13 de agosto de 2021

